

O carvalho e a couve



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

Nós, brasileiros, temos o hábito de cultivar o pessimismo em relação ao nosso país. O nosso olhar é um pouco o de ver a árvore, e não a floresta, como no apólogo que Rui Barbosa invocou quando discutia uma lei de anistia: ele citou a diferença entre plantar couve e plantar carvalhos e concluiu: nós gostamos sempre de olhar a couve sem ver os carvalhos.

Quero fazer uma reflexão sobre a satisfação e a alegria de ser brasileiro, alegria de termos construído uma sociedade de convivência sem problemas de fronteira, que o Barão do Rio Branco resolveu no princípio do século; de religião, pois temos no Brasil liberdade de consciência e, sobretudo, convivência entre crenças e convicções; de raça, pois aprendemos a não ter preconceitos raciais e a conviver com alegria. De tal sorte que dizia Gilberto Amado ser a expressão carinhosa que usamos em relação a uma mulher de qualquer cor “ó, minha neguinha” uma referência a uma mulher linda e inteligente, por quem temos admiração, afeto, carinho e amor.

Agora, quando estamos comemorando 40 anos de democracia, é necessário deixar de ver somente a couve.

Estou escrevendo sobre esse assunto porque li que um membro da esquerda radical, do Grupo dos Autênticos, que era muito atuante no tempo em que iniciamos a redemocratização do país, disse que a posição da esquerda radical era a de que a transição fora inconclusa. Essa opinião estava baseada na percepção deles de que a transição fora um pacto das elites, porque absorvera os militares.

A couve, nessa visão, seria a transição por negociação e pelo diálogo entre todas as correntes, e não pela outra fórmula. Nosso objetivo era a democracia e, com ela, a liberdade, a saída do regime autoritário. Eles pensavam numa revolta dentro das Forças Armadas, tomando os militares a iniciativa de entregar o poder. A outra era uma guerra civil, o que implicaria no derramamento de sangue. Nunca em nossa história fizemos essa opção.

Nossa transição foi considerada a mais exitosa de todas, justamente porque abrangeu os militares, que voltaram aos quartéis e tinham, em grande parte, a visão de que chegara a hora de transmitir o poder aos civis.

Uma vez em conversa com Ulysses Guimarães, ele me pedia que punisse, como um sinal, um chefe militar. Eu lhe respondi: Ulysses, não ganhamos pelas armas, mas, sim, por um processo de engenharia política conduzida por você, Tancredo e por mim, com a participação do Aureliano, Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Petrônio Portella, Leônidas Pires Gonçalves e muitos outros. Por uma vitória armada, não teríamos jamais a volta da democracia. A única tentativa que tivemos nessa direção foi a Guerrilha do Araguaia, que deu argumento

aos militares de que estavam prontos a destruir, pela luta armada, qualquer enfrentamento ao regime.

Entre os momentos mais difíceis, e, talvez o mais importante, no processo de negociação da transição democrática, há 40 anos, foi a negociação da anistia com a área militar e com os políticos da ultraesquerda, que se fixavam mais na extinção do Colégio Eleitoral.

Aos pessimistas, que estão muito presentes, tenho a pedir-lhes que examinem os carvalhos que foram plantados, porque as couves têm um período muito curto de vida.

Somos uma democracia de massa, a sétima economia do mundo, o que por si só afirma a grandeza do nosso país. Instalamos um Estado Social de Direito em que o lado social obteve muitas conquistas, como a liberdade sindical, com a anistia que concedi a todos os líderes que estavam na clandestinidade e chegamos aos 100 anos da República com um operário presidente, motivo de orgulho e uma marca histórica por ter vindo justamente da classe de trabalhadores, o que mostra a força das instituições brasileiras e seu amadurecimento.

O Brasil é um país de oportunidades, aberto a todas as classes, que podem ascender em qualquer segmento da sociedade.

Não devemos, assim, nos fixar nos aspectos negativos, e olhar os positivos, que ultrapassam os negativos. Os erros serão corrigidos, e o que ocorre em nossas vidas é fruto do processo de desenvolvimento e da rotina de todas as nações do mundo.

Vamos olhar o carvalho. Deixar a couve para o almoço.



Milei e a temerária aposta de sair do Mercosul



» ARLINDO CHINAGLIA
Deputado federal (PT-SP) e
presidente do Parlamento do
Mercosul (Parlasul)

O Mercosul acaba de completar 34 anos de existência, consolidando-se como um dos principais instrumentos de integração regional, com impactos positivos expressivos para Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Criado em 1991 pelo Tratado de Assunção, o bloco foi concebido para promover a integração econômica, física, cultural, política e comercial entre seus membros, além de fortalecer a democracia e contribuir para a estabilidade política na América do Sul.

Ao longo das últimas três décadas, tem proporcionado avanços concretos, como o funcionamento do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), com recursos investidos superiores a US\$ 1 bilhão em projetos de infraestrutura energética, transporte rodoviário e ferroviário e obras de saneamento básico nas fronteiras; a possibilidade de viajar entre os estados-partes apenas com a cédula de identidade, sem necessidade de passaporte; e os Acordos de Residência e Seguridade Social, que facilitam a livre circulação de pessoas e garantem direitos sociais aos cidadãos do bloco, entre outros benefícios.

O Mercosul contribui para o

desenvolvimento econômico da região por meio da ampliação do comércio intrarregional. A maior parte das trocas comerciais dentro do intrabloco é composta por bens manufaturados, como veículos, autopeças, máquinas, produtos químicos e alimentos industrializados. O bloco representa um mercado de mais de 270 milhões de pessoas e reúne um PIB combinado de aproximadamente US\$ 2,8 trilhões, posicionando-se como a oitava economia mundial em termos agregados. A redução de tarifas e a harmonização de normas têm permitido a maior integração produtiva e aumento da escala em setores estratégicos.

A relação comercial entre Brasil e Argentina destaca-se nesse contexto. A Argentina é um parceiro estratégico para o Brasil, sendo o destino de 17% das exportações brasileiras. Por sua vez, o Brasil absorve 16% das exportações argentinas e é o segundo maior investidor estrangeiro no país, atrás apenas dos Estados Unidos, o que evidencia a interdependência econômica entre os dois países e a importância do Mercosul para suas economias.

Apesar dos inúmeros avanços conquistados ao longo de quase três décadas e meia, o Mercosul enfrenta hoje uma grave ameaça: a proposta do presidente da Argentina, Javier Milei, de retirar seu país do bloco para assinar um acordo bilateral de comércio com os Estados Unidos. Tal iniciativa violaria de forma flagrante as regras do Mercosul, que estabelecem a obrigatoriedade de negociações conjuntas — como já fizemos com a União Europeia, Singapura e outros parceiros.

Enfraquecer o Mercosul significa criar graves problemas econômicos e políticos para a Argentina, acentuando a crise por que passa, com inflação anual de 67%. A experiência do Reino Unido com o Brexit é um exemplo claro dos prejuízos causados por uma ruptura. Desde sua saída da União Europeia, o país enfrentou queda nas exportações, aumento de barreiras alfandegárias, escassez de mão de obra em setores estratégicos e desaceleração do crescimento econômico, como o próprio Banco da Inglaterra afirmou.

Da mesma forma que a União Europeia, o Mercosul oferece escala, proteção e previsibilidade — elementos que, uma vez perdidos, não são facilmente substituídos.

Aliados próximos dos Estados Unidos, como Canadá e México, no âmbito do T-MEC, enfrentam medidas protecionistas e aumento de tarifas. Por que seria diferente com a Argentina? Acreditar que um acordo bilateral garantiria acesso privilegiado ao mercado norte-americano é ilusório. Aceitar tarifas elevadas dos EUA e, ao mesmo tempo, abrir completamente o mercado argentino seria uma rendição. Ignorar essa realidade, como faz o governo Milei, é um erro grave e compromete os interesses estratégicos de longo prazo do país.

O fortalecimento do Mercosul, agora com a Bolívia como membro pleno, é essencial para a prosperidade e a estabilidade da região. O Mercosul não pertence a um governo ou a um momento político. É um projeto regional que precisa ser aperfeiçoado, atualizado e, em alguns pontos, repensado — mas jamais enfraquecido.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



Mais rápido do que um raio

Todos os meses, os brasileiros torram mais de R\$ 30 bilhões em apostas de todo o tipo, sobretudo nas chamadas bets, que são apostas em jogos de azar, geralmente nos ambientes on-line, onde os resultados esportivos diversos estão à disposição dos indivíduos, bastando, para isso, um toque de botão ao celular. Longe de se constituir como um fenômeno positivo para a sociedade, para as famílias e para o próprio indivíduo, essas apostas vêm arruinando economicamente os cidadãos, transferindo verdadeiras montanhas de dinheiro para os donos desses negócios, sendo que parte dessa dinheiro vai, diretamente, para os cofres de organizações criminosas, que, segundo os jornais, usam o artifício para a lavagem de dinheiro.

É o dinheiro do povo financiando e fortalecendo legalmente o crime em nosso país. Talvez, por essa razão, é possível deduzir que, desde que os sites de jogos e dos cassinos on-line se espalharam pelo país, curiosamente tem aumentado também o poderio dessas organizações, que, agora, se espalham pelo Brasil de norte a sul. A equação é simples: cresce o dinheiro em apostas, cresce a criminalidade ligada a eles. Em resumo, são pouquíssimos ou quase nulos os benefícios gerados pelo setor de jogos de azar. Como o próprio nome indica, o azar fica sempre para quem aposta, e a sorte, invariavelmente, vai parar no bolso dos espertalhões, donos desse tipo de negócio que não passa de mais uma jogada de malandro, aplicada contra os incautos de sempre. A diferença é que agora o setor da jogatina passou a ser “regulamentado”, depois de sua implementação no começo deste ano.

Se você juntar a liberação dos jogos de azar a fatores, como o tradicional assistencialismo político à moda brasileira e outros elementos, como o Bolsa Família e a conhecida e nada eficiente fiscalização dos órgãos de Estado, terá em mãos a receita ideal para a transferência de renda dos mais necessitados para uma casta de pessoas mal-ntencionadas que se perpetuam no topo da pirâmide social. A fórmula vem desde a Roma antiga: “Dê-lhes pão e circo, torne-os dependentes do poder central, e todo o resto seguirá como quer a classe dirigente”.

Os recursos oriundos de programas sociais deveriam, dentro do bom senso e da ética, ser utilizados para a compra de alimentos, remédios e outros gastos necessários a uma vida com o mínimo de dignidade. Quando se verifica que esses recursos estão sendo gastos não para os fins de necessidade, mas para a manutenção de vícios, como os jogos de azar, a impressão que deixa no cidadão de bem, que, afinal, é quem custeia esse e outros programas assistencialistas, é que tanto o governo quanto aqueles que utilizam esses benefícios estão fazendo a população de trouxa.

Aqui também a questão é simples, ou pelo menos deveria ser: o Bolsa Família não pode ser utilizado para fazer apostas on-line. Mesmo assim, os beneficiários continuam apostando nesses sites de azar. Para isso, utilizam milhares de estratégias. Somente no último mês de agosto, os beneficiados com esse programa gastaram mais de R\$ 3 bilhões em sites e casas de apostas. O governo finge que não vê. As autoridades, idem. Somente os bancos, que nunca perdem dinheiro, conhecem essa realidade e passam a restringir créditos aos dependentes em jogos, com medo, óbvio, de calote por inadimplência.

Já foi mencionado, neste espaço, que, em muitas cidades do interior, quem fica com o cartão de benefício são os donos dos botecos mais próximos, vistos com frequência nas filas nos dias de pagamento. Há ainda aqueles que defendem que o governo não deveria, de forma alguma, interferir na autonomia dos beneficiados por esses programas, fazendo auditoria nesses gastos.

Sabe-se que as apostas on-line e outras modalidades de jogos de azar retiram recursos tanto do consumo normal quanto causam crises e dívidas, muitas impagáveis. Muitos economistas chegam a dizer que as bets estão tirando dinheiro da chamada economia real, impactando as famílias e provocando problemas generalizados de saúde. O mercado bilionário das apostas esportivas diz que tudo isso é fantasia, pois não enxerga a cor do dinheiro, venha de onde vier. A liberação desses jogos, como era previsto, foi um enorme erro, pois a conta, até aqui, tem sido cara, principalmente para a sociedade e a economia do país. O crime organizado diz que isso é invenção. Esse setor, que nada se diferencia dos prestidigitadores que agem nas ruas, enganando os passantes, teve, segundo estimativas subdimensionadas, mais de R\$ 70 bilhões de lucros nos últimos 12 meses.

Liberto desde 2018, sob a promessa de que a regulamentação definitiva viria de imediato, essa de fato não aconteceu. Enquanto isso, como sempre, os apostadores continuam na ilusão de ganhar alguns trocados, seguindo a antiga fórmula de arruinar a própria vida mais rápido do que um raio.

A frase que foi pronunciada:

“Se você não consegue identificar o otário na primeira meia hora na mesa, então você é o otário.”

Mike McDermott

Armadilhas

» No Blog do Ari Cunha, a imagem de uma grade, talvez da rede fluvial, totalmente danificada. O resultado é transeuntes desatentos quebrando o pé ou colocando pino no braço. O ocorrido é na 214 Norte.

História de Brasília

Com a inauguração do Hotel Nacional, muita gente pensou numa debacle do Palace Hotel, a tradição de Brasília. Mas não houve isto. O Palace é que por conta própria está se suburbanizando. (Publicado em 29/4/1962)